

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração submete à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, colocando-se à disposição para quaisquer esclarecimentos. São Paulo, 31 de março de 2016

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL Levantado em 31 de dezembro de 2015 (Em milhares de reais)				
	Nota explicativa	31.12.2015	31.12.2014	
Ativo Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	4	88.495	73.766	
Títulos e valores mobiliários	4	11.560	26.592	
Contas a receber de clientes	5	5.143	5.461	
Partes relacionadas	6	-	195	
Estoques		909	85	
Bens destinados à venda	7	422	4.852	
Outros créditos		780	1.103	
Total do ativo circulante		107.309	112.054	
Não Circulante				
Outros créditos		145	418	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	5.869	9.007	
Partes relacionadas	6	50.309	-	
Depósitos judiciais		57	-	
Imobilizado	8	9.619	5.452	
Intangível		2	4	
Total do ativo não circulante		66.001	14.881	
Total do Ativo		173.310	126.935	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO E DOS RECURSOS CAPITALIZÁVEIS para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2015 (Em milhares de reais)									
	Nota explicativa	Capital social	Reserva legal	Reserva para renovação de equipamentos	Reserva de retenção de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido	Adiantamento para futuro aumento de capital	Total
Saldos em 28 de Fevereiro de 2014		67.480	-	-	-	(29.851)	37.629	44	37.673
Lucro líquido do exercício (10 meses)		-	-	-	-	18.774	18.774	-	18.774
Devolução de adiantamento para futuro aumento de capital		-	-	-	-	-	-	(44)	-
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	-	-	-	-	-	10.000	10.000
Saldos em 31 de Dezembro de 2014		67.480	-	-	-	(11.077)	56.403	10.000	66.403
Lucro líquido do exercício (12 meses)		-	-	-	-	27.120	27.120	-	27.120
Capitalização de adiantamento para futuro aumento de capital	11	10.000	-	-	-	-	10.000	(10.000)	-
Destinações:									
Reserva legal		-	802	-	-	(802)	-	-	-
Constituição de reserva para renovação de equipamentos		-	-	802	-	(802)	-	-	-
Antecipação de dividendos		-	-	-	-	(3.000)	(3.000)	-	(3.000)
Dividendos mínimos		-	-	-	-	(610)	(610)	-	(610)
Dividendos complementares		-	-	-	-	(401)	(401)	-	(401)
Constituição de reserva de retenção de lucros		-	-	-	10.428	(10.428)	-	-	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2015		77.480	802	802	10.428	-	89.512	-	89.512

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2015 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Camargo Corrêa Infraestrutura S.A. ("Companhia") foi constituída em 3 de setembro de 2009, tendo por objetivos principais: (i) exploração dos serviços de planejamento e a execução de projetos e obras de construção pesada, construção e engenharia civil, inclusive de terraplenagem, sob regime de empreitada, administração e outros; (ii) serviços públicos mediante concessão; (iii) serviços de transporte e de apoio aquaviário; (iv) serviço de operação portuária; (v) instalações técnicas de engenharia civil; (vi) montagens industriais, consultoria, planejamento, assessoria e estudos técnicos; (vii) representação; (viii) importação e exportação; (ix) locação, compra e venda de equipamentos e transporte; (x) a exploração da indústria naval, visando elaboração de projetos, construção, reparos, manutenção e modernização de embarcações, incluindo plataformas marítimas para prospeção, produção e armazenamento de petróleo e gás; e (xi) demais atividades relacionadas aos objetivos mencionados anteriormente. O exercício social da Companhia se encerra no dia 28 de fevereiro. Em 30 de junho de 2014, a data de encerramento do exercício social foi alterada para 31 de dezembro de cada ano. Conseqüentemente, o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014 contempla dez meses de operação. A alteração teve como objetivo manter a uniformidade com o exercício da Controladora. Atualmente, os negócios da Companhia consistem basicamente em duas obras na área de infraestrutura: Terminal Rodoviário Urbano de Itaquera, através da participação no Consórcio Camargo Corrêa/Constran - Programa de Mobilidade Urbana, e o contrato de engenharia, suprimento e construção do Sistema Produtor São Lourenço, através da participação no Consórcio Construtor São Lourenço.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com observância às disposições contidas na legislação societária e nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

2.1. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros, mensurados pelo seu valor justo, conforme descrito nas práticas a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas adotadas foram as seguintes:

3.1. Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

Caixa e equivalentes de caixa consistem em aplicações financeiras com vencimento em até 90 dias, ou com compromissos de recompra, prontamente conversíveis em caixa e com riscos insignificantes de mudança de valor.

Os títulos e valores mobiliários são representados por aplicações em fundo de renda fixa, fundos exclusivos e debêntures, sendo classificados em: (a) mantidos para negociação ou (b) empréstimos e recebíveis. Os títulos classificados como mantidos para negociação são avaliados ao valor justo, com seus efeitos reconhecidos no resultado, e os empréstimos e recebíveis estão mensurados pelo custo amortizado.

3.2. Contas a receber de clientes

São registradas e mantidas no balanço patrimonial pelo valor nominal dos títulos, ajustadas a valor presente, quando aplicável.

3.3. Estoques

São compostos por materiais destinados à aplicação nas obras e estão avaliados pelo custo médio de aquisição, os quais são inferiores aos valores de realização.

Os bens do ativo imobilizado estão demonstrados ao valor de custo, deduzidos de depreciação e perda por redução ao valor recuperável, se aplicável. As depreciações são reconhecidas com base na vida útil de cada ativo pelo método linear ou outra base sistemática representativa do momento em que os efeitos econômicos são usufruídos. Os ativos com base na vida útil linear possuem as seguintes taxas anuais: máquinas e equipamentos - 10%, veículos, equipamentos de informática e outros - 10% a 20%. A vida útil dos ativos imobilizados é avaliada anualmente. A Companhia deprecia máquinas e equipamentos com base nas horas efetivamente utilizadas. Tal procedimento reflete o padrão de aproveitamento dos benefícios econômicos esperados.

3.5. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia é parte das disposições contratuais do instrumento e são inicialmente mensurados pelo valor justo. O valor justo é a quantia pela qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes comecedoras e dispostas a isso em transação sem favorecimento. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial, exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado do exercício.

A classificação dos ativos é determinada no reconhecimento inicial, sendo classificados como "ativos financeiros por meio do resultado", demonstrados ao valor justo tendo qualquer ganho ou perda reconhecidos no resultado, e "empréstimos e recebíveis".

Os passivos financeiros são classificados como "Outros passivos financeiros", mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, e a despesa financeira é reconhecida com base na remuneração efetiva.

3.6. Contratos de prestação de serviço de construção e contratos onerosos

A receita de prestação de serviço é apurada e reconhecida em virtude da evolução de cada obra. A receita compreende o valor inicial acordado no contrato acrescido de variações decorrentes de solicitações adicionais, as reclamações e os pagamentos de incentivo contratuais, na condição em que seja praticamente certo que resultem em receita e possam ser mensuradas de forma confiável. A receita do contrato é reconhecida no resultado na medida do estágio de conclusão do contrato de acordo com o percentual de conclusão de cada um dos projetos.

Os custos de cada contrato são reconhecidos como resultado no período em que são incorridos, a menos que determinem um ativo relacionado à atividade de contrato futuro.

Quando o resultado de um contrato de prestação de serviço de construção não pode ser estimado com confiabilidade, sua receita é reconhecida até o montante dos custos incorridos desde que sua recuperação seja provável.

Se for provável que os custos totais excederão a receita total de um contrato (caracterizando um contrato oneroso) a perda referente ao excedente entre a receita contratada e o custo total estimado é reconhecida imediatamente no resultado do exercício na rubrica "Custo dos serviços prestados" e passivo registrado na rubrica de "Fornecedores".

Os valores recebidos antes da realização do correspondente serviço registrados no balanço patrimonial como passivo, na rubrica "Adiantamentos de clientes".

Os montantes faturados ou a faturar registrados com base no serviço executado por obra, mas ainda não pagos pelo cliente, são registrados no balanço patrimonial como um ativo, na rubrica "Contas a receber de clientes".

3.7. Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis

No fim de cada exercício, a Companhia revisa seus ativos tangíveis com vida útil definida, para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram perda por redução de seu valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de identificar a necessidade de provisão para perda. Quando não é possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo.

Se o montante recuperável de um ativo calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo é reduzido a seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

3.8. Imposto de renda e contribuição social

3.8.1. Impostos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente.

3.8.2. Impostos diferidos

São reconhecidos sobre os saldos de prejuízos fiscais e diferenças temporárias no reconhecimento de receitas e despesas para fins contábeis e fiscais no final de cada exercício.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada exercício, e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros propiciarão a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado ao montante que se estima recuperar.

Impostos diferidos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no exercício em que se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, prevista na legislação tributária vigente no fim de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada.

3.9. Lucro básico/diluído por ação

Calculado através da divisão do lucro líquido do exercício pela quantidade média de ações em circulação durante cada exercício social das demonstrações financeiras.

3.10. Uso de estimativas e julgamento

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: vida útil do ativo imobilizado, custo orçado das obras e projeções para realização de imposto de renda e contribuição social diferidos.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. O impacto de tais revisões é reconhecido no exercício em que são efetuadas.

3.11. Consórcios

De acordo com o CPC 19 (R2) - Negócios em Conjunto as participações em consórcios são classificadas como operação em conjunto, e consequentemente, têm seus ativos, passivos, receitas e despesas reconhecidas linha a linha nas contas do balanço patrimonial e da demonstração do resultado do Consórcio Construtor São Lourenço e Consórcio Camargo Corrêa/Constran - Programa de Mobilidade Urbana, na proporção do percentual de participação de 13% e 70%, respectivamente.

3.12. Normas novas, revisadas e interpretações emitidas (IFRS)

Os pronunciamentos e as interpretações contábeis abaixo, foram emitidos pelo "International Accounting Standards Board - IASB" e não aplicados antecipadamente pela Companhia nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015:

Pronunciamento	Descrição	Vigência
Modificações à IFRS 11/CPC 19 (R2)	Acordo contratual conjunto	(a)
Modificações à IAS 1/CPC 26 (R1)	Iniciativa de Divulgação	(a)
Modificações às IAS 16/CPC 27 e IAS 38/CPC 04 (R1)	Eslarecimento dos métodos de depreciação e amortização aceitáveis	(a)
Modificações às IAS 16/CPC 27 e IAS 41/CPC 29	Agricultura: Plantas portadoras	(a)
Modificações à IFRS 10/CPC 36 e IAS 28/CPC 18	Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture	(a)
Modificações à IFRS 10/CPC 36, IFRS 12/CPC 45 e IAS 28/CPC 18	Entidades de Investimento: Aplicando a Exceção de Consolidação	(a)
IFRS 9	Instrumentos Financeiros	(b)
IFRS 15	Receitas de Contratos com clientes	(b)
IFRS 16	Arrendamentos Mercantis	(c)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva legal	Reserva para renovação de equipamentos	Reserva de retenção de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido	Adiantamento para futuro aumento de capital	Total
Saldos em 28 de Fevereiro de 2014		67.480	-	-	-	(29.851)	37.629	44	37.673
Lucro líquido do exercício (10 meses)		-	-	-	-	18.774	18.774	-	18.774
Devolução de adiantamento para futuro aumento de capital		-	-	-	-	-	-	(44)	-
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	-	-	-	-	-	10.000	10.000
Saldos em 31 de Dezembro de 2014		67.480	-	-	-	(11.077)	56.403	10.000	66.403
Lucro líquido do exercício (12 meses)		-	-	-	-	27.120	27.120	-	27.120
Capitalização de adiantamento para futuro aumento de capital	11	10.000	-	-	-	-	10.000	(10.000)	-
Destinações:									
Reserva legal		-	802	-	-	(802)	-	-	-
Constituição de reserva para renovação de equipamentos		-	-	802	-	(802)	-	-	-
Antecipação de dividendos		-	-	-	-	(3.000)	(3.000)	-	(3.000)
Dividendos mínimos		-	-	-	-	(610)	(610)	-	(610)
Dividendos complementares		-	-	-	-	(401)	(401)	-	(401)
Constituição de reserva de retenção de lucros		-	-	-	10.428	(10.428)	-	-	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2015		77.480	802	802	10.428	-	89.512	-	89.512

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

(a) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016, com adoção antecipada permitida.

(b) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida.

(c) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019, com adoção antecipada permitida.

Os pronunciamentos serão implementados à medida que sua aplicação se torne obrigatória. A Companhia ainda não estimou a extensão dos possíveis impactos destes novos pronunciamentos e interpretações em suas demonstrações financeiras.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Caixa e equivalentes de caixa	Títulos e valores mobiliários
	2015	2014
Caixa e bancos	1.513	6.405
Fornecedores compromissadas	2.620	351
Operações exclusivas	84.362	67.010
Total	88.495	73.766

Em 31 de dezembro de 2015, as operações compromissadas e os fundos exclusivos, compostos substancialmente por aplicações em Fundos de Renda Fixa, Letras do Tesouro Nacional e Letras Financeiras do Tesouro, apresentam rentabilidade média entre 100,5% e 112,7% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Composição das contas a receber: 2015 2014
Prestação de serviços nacional - a faturar 5.143 5.461
Em 31 de dezembro de 2015, não foi constituída provisão para créditos de liquidação duvidosa, pois não há indicativos de que os valores não serão realizados.

6. PARTES RELACIONADAS

	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante
	2015	2014	2015
Reembolso de custos	195	-	-
Mútuo (a)	50.309	-	-
Contas a pagar	-	-	61
			881
			Despesa
			2015
			(12 meses)
			(67)

Serviços administrativos (a) Refere-se a contrato de mútuo, com incidência de juros de 3% a.a. com a controladora Camargo Corrêa Construções e Participações S.A.

As transações com partes relacionadas foram feitas com base em condições negociadas entre as partes. A Companhia possui também saldo de contas a receber de R\$5.112 e adiantamento de clientes de R\$59.727 (R\$46.294 em 31 de dezembro de 2014) com partes relacionadas referente ao contrato de prestação de serviço de construção da obra do Consórcio Construtor São Lourenço. Em 2015, foi contabilizada receita líquida de R\$106.624 decorrente desse consórcio (R\$19.121 em 31 de dezembro de 2014). Não houve remuneração aos administradores nos exercícios de 2015 e 2014.

7. BENS DESTINADOS À VENDA

Representam saldos de máquinas e equipamentos disponibilizados para alienação em 31 de dezembro de 2015. São classificados no ativo circulante, pois reflete a melhor expectativa de venda por parte da Administração.

	2015	2014
	Custo	Depreciação acumulada
Máquinas e equipamentos	13.516	(5.780)
Veículos	6.780	(4.931)
Equipamentos de informática e outros	23	(21)
Imobilizado em andamento	32	-
Total	20.351	(10.732)

A movimentação do imobilizado é demonstrada como segue:

Saldo em 28 de fevereiro de 2014	10.791
Adições	844
Baixas	(653)
Depreciação	(678)
Transferência para "bens destinados a venda"	(4.852)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	5.452
Adições	1.384
Baixas	(1.506)
Depreciação	(141)
Transferência de "bens destinados a venda"	4.430
Saldo em 31 de dezembro de 2015	9.619

9. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Refere-se a FINAME PSI (Programa Sustentação do Investimento), com vencimento final em 2018, com encargos de 7% a.a.

Os empréstimos e financiamentos classificados como "Finame" estão garantidos por alienações fiduciárias dos equipamentos.

10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - CORRENTES E DIFERIDOS

a) Conciliação do imposto de renda e contribuição social apresentado no resultado do exercício:

	2015	2014
	(12 meses)	(10 meses)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	41.402	13.803
Alíquotas (15% para imposto de renda mais adicional de 10% e 9% para contribuição social)	34%	34%

—★ continuação

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Camargo Corrêa Infraestrutura S.A.
São Paulo - SP

Introdução

Examinamos as demonstrações financeiras da Camargo Corrêa Infraestrutura S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em

todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Camargo Corrêa Infraestrutura S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Alteração da data de encerramento do exercício social

Conforme descrito na nota explicativa nº 1, a data de encerramento do exercício social foi alterada em 2014. Dessa forma, as demonstrações financeiras da Companhia contemplam dez meses de operação no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e doze meses de operação para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, fato que deve ser considerado na análise comparativa das demonstrações financeiras. Nossa opinião não está ressalvada em razão desse assunto.

São Paulo, 31 de março de 2016

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

CRC nº 2 SP 011609/O-8

Ismar de Moura

Contador

CRC nº 1 SP 179631/O-2

Deloitte.